



## **Carta aberta às organizações de consumidores e à administração pública**

(enviado ao: Diário xxxxxx em 20-05-1989)

As ciências da nutrição conhecem, de forma muito concreta e bem fundamentada, como deve ser a prática alimentar para promover saúde e prevenir doença.

Conhecem também, e com muito rigor, as implicações nefastas dos vários tipos de alimentação insuficiente e carecida e dos vários tipos de alimentação caloricamente excessiva e nutricionalmente desequilibrada. Os primeiros com as consequentes doenças da fome, e os segundos com as não menos trágicas doenças da abundância.

A verdade é que hoje já há conhecimentos científicos e meios tecnológicos para nutrir acertadamente, em termos quantitativos, toda a humanidade. A este respeito o nutricionismo e a biotecnologia estão de acordo, aliás como a maioria dos analistas económicos.

Reconhece-se como na generalidade da população dos países ricos e nos grupos humanos com maiores consumos alimentares dos países em desenvolvimento se desenvolvem e tornam prevalentes doenças metabólicas e degenerativas que dizimam, qual endemia, os indivíduos em plena adultícia, ou seja, nos escalões etários mais produtivos. Nos países europeus com economia de mercado este descalabro sanitário preocupa cada vez mais as autoridades.

Esta situação faz tomar consciência, ou deve fazer, de que a definição de uma política nutricional alimentar não é uma questão para ser equacionada apenas quando a necessidade imediata é combater a subnutrição em países pobres ou, no caso de países ricos, apenas nos momentos críticos que têm sucedido às catástrofes bélicas.

A definição de uma política alimentar e nutricional é uma questão actual para os países europeus, uma vez que a doença, o desperdício, o esbanjamento e a ruptura ecológica ameaça a saúde e a vida dos seus cidadãos e comprometem a viabilidade económica da própria Europa e de terceiros.

De facto, a alimentação nos países europeus está longe de ser boa; é nefasta para a saúde individual e colectiva e responsável directa pelo aumento brutal das despesas com cuidados médicos. No caso de Portugal, o Centro de Estudos de Nutrição em 1985, calculou os custos directos e mediáticos com doenças imprestáveis a erros alimentares em 238 mil milhões de escudos.

A par do problema sanitário induzido por erros alimentares, o sobreconsumo de alimentos e a preferência generalizada por produtos alimentares refinados industrialmente concorrem, já que os desperdícios são imensos, para o aproveitamento menos eficiente dos produtos de base e para o esbanjamento dos recursos disponíveis.

Temos que reflectir em termos humanos e universais: Deixamo-nos matar, cada vez mais depressa e com mais despesas, pela fúria consumista e pelo



*Fundamentos*



lixo alimentar? Vamos concorrer com o nosso esbanjamento para a usura dos recursos alimentares e para a fome dos mais pobres?

No que respeita a Portugal vamos juntar aos nossos erros alimentares e nutricionais os que já estavam a importar da rica Europa atolada em excedentes?

O papel dos nutricionistas na definição de uma política alimentar e nutricional para as sociedades afluentes é indispensável mas complexo. Eles têm que compatibilizar os imperativos de uma alimentação saudável para todos (não há maior bem do que a saúde) com um outro imperativo: o da produção ordenada e económica de produtos alimentares acabados, nutricionalmente adaptados a essa alimentação saudável.

Os nutricionistas têm que demonstrar enorme aptidão para conhecer o papel nutricional dos países onde trabalham e para propor as medidas de consumo e utilização de alimentos adaptados à população real (com particular atenção às necessidades dos grupos humanos de maior risco) e conforme com a identidade cultural de cada país. Têm que ser capazes de fornecer as pistas para que se estabeleçam políticas sectoriais coerentes de produção, de trocas entre países, de armazenagem e distribuição, de comercialização e de orientação de consumos; em suma, para que se defina uma política alimentar a qual, logicamente, não compete a eles definir, embora lhes caiba o papel indispensável de ordenar os dados para que, numa óptica de promover bem-estar, possa ser definida pela administração pública.

É claro que, segundo o nosso ponto de vista, a definição da política alimentar e nutricional de um país tem que servir as exigências de saúde da sua população.

Os efeitos de qualquer política, imediata ou mediata economicamente, que interfira na qualidade e quantidade de alimentos disponíveis, tem que ser objecto de muita atenção por parte dos legisladores.

A identidade e actualização de uma assembleia legislativa e de um governo é consequência da situação cultural dos cidadãos; traduz as opções da sociedade, tanto mais acertadas quanto mais esclarecida for essa sociedade.

É o momento de todos os que podem contribuir para o bom termo desta batalha pela saúde e pela economia do Estado e das famílias encetarem um grande debate esclarecedor. É o momento das organizações de consumidores entrarem abertamente por via do esclarecimento enquanto procuram soluções ajustadas à uma realidade económica, tecnológica, empresarial e cultural, tendo em vista a saúde dos portugueses e favorecer a relação entre qualidade nutricional e custo.

Recomendações para melhorar comportamentos alimentares produzem múltiplos impactos na cadeia agro-alimentar, nas pescas, nos apetrechamentos institucionais e familiares e na economia. Todas essas repercussões devem ser equacionadas e nenhum país pode dispensar o contributo dos técnicos que conhecem os sectores implicados.

Caso os consumos alimentares continuem a evoluir no sentido observado nas sociedades de consumo durante os últimos anos, seguramente que os benefícios serão arrecadados exclusivamente pelos grupos financeiros que usufruem a produção, a industrialização e o comércio de bens alimentares, enquanto os prejuízos recairão directamente sobre os cidadãos ou



*Emílio Peres*



indirectamente, consubstanciados em despesas insuportáveis para o Estado. E, entretanto, o Mundo sofrerá os efeitos de uma agressão ecológica brutal.

Mas é possível encontrar boas soluções mesmo em países com economia de mercado. A solução norueguesa, por exemplo, é exemplar e pedagógica. E a verdade é que os políticos e a administração pública de cada vez mais países europeus reconhecem a importância de ter uma visão multidisciplinar do fenómeno alimentar e que a instituição de uma política de alimentação e nutrição é urgente para os seus países, apesar de não poder ser equacionada em termos nacionalistas, isolados dos seus parceiros.

Em Portugal é urgente abrir o debate por várias razões: o conhecimento geral da população acerca das interações entre alimentação e saúde é escasso; a sensibilidade dos poderes públicos para esse tema reflecte a ignorância geral a esse respeito; os hábitos alimentares deterioram-se pela adopção acrítica (irresponsável?) de comportamentos e valores; a nossa produção de produtos de base e de bens alimentares acabados subordina-se a interesses de lucro e não sanitários; a penetração de produtos oriundos dos nossos parceiros económicos subordina-se aos mesmos interesses; as preocupações dominantes quanto a qualidade orientam-se exclusivamente para as características organolépticas e para a higio-sanidade dos produtos enquanto descuram a questão fundamental que é a da sua adequação nutricional; etc.

Não nos parece consequente prolongar as lamentações e gritos dos vários grupos de pressão que actualmente se opõem, persistindo em acções de educação alimentar bem intencionadas mas descoordenadas e de eficácia reduzida, aceitar o primado da visão economista das questões alimentares, ver aumentar a morbidade e mortalidade imputável a erros alimentares sem definir uma estratégia preventiva.

O que nos parece consequente é iniciar o debate que leve à definição de uma política alimentar e nutricional para Portugal e é incitar os novos parceiros actuais a fazerem o mesmo. As organizações de consumidores estão numa situação privilegiada para o fazer; não é verdade que metade dos consumos são essa alimentação? Então porque não abrem o debate?

E não há nenhum departamento da administração pública que também aceite o desafio?

Emílio Peres